

A Literatura e a Vida: uma incursão em Crítica e Clínica de Gilles Deleuze¹

Literature and Life: an incursion into Gilles Deleuze's Criticism and Clinic

DIEGO DE CARVALHO SANCHES²

Resumo: Não obstante presente em todo o seu percurso filosófico, a literatura em geral nunca foi objeto de um trabalho exclusivo e sistemático por parte de Gilles Deleuze. É somente com a publicação de *Crítica e Clínica*, seu derradeiro livro, em 1993, mais precisamente, no prólogo e no texto intitulado *A Literatura e a Vida* que o autor faz uma pequena síntese a respeito dos problemas concernentes à literatura e dos pontos de conexão destes com a sua filosofia. Julgando a experiência literária um elemento essencial para a compreensão do pensamento deleuziano, nos propomos, neste trabalho, à análise pormenorizada destes dois textos, com a expectativa de contribuir, mesmo que de maneira errática e introdutória, para a construção de uma visão de conjunto para o papel desempenhado pela literatura na sua filosofia.

Palavras-chave: Crítica e Clínica; Deleuze; Literatura.

Abstract: Despite being present throughout his philosophical career, literature in general was never the subject of exclusive and systematic work by Gilles Deleuze. It was only with the publication of *Critique and Clinic*, his final book, in 1993, more precisely, in the prologue and in the text entitled *Literature and Life* that the author made a brief summary of the problems concerning literature and the points of connection between these and his philosophy. Considering the literary experience an essential element for understanding deleuzian thought, we propose, in this work, a detailed analysis of these two texts, with the expectation of contributing, even if in an erratic and introductory way, to the construction of an overall vision of the role played by literature in his philosophy.

Keywords: Critique and Clinic; Deleuze; Literature.

Viagem via língua via linguagem via vida
(Augusto de Campos)

Introdução

¹ Nos livros de Deleuze e de Deleuze e Guattari faremos referência à paginação francesa, que aparece entre colchetes no corpo do texto das edições brasileiras. Para as citações de Deleuze e de Deleuze e Guattari, utilizaremos as seguintes abreviaturas: AE (*O Anti-Édipo*), CC (*Crítica e Clínica*), DRF (*Dois Regimes de Loucos*), QPh? (*O que é a Filosofia?*).

² Mestre e Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Pará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9063633712792974>. E-mail: ddcsanches@outlook.com.

Em 1993 é publicado *Crítica e Clínica*, derradeiro livro de Gilles Deleuze. O livro é constituído por uma reunião de artigos, escritos em momentos diversos, que versam a respeito das potencialidades da linguagem artística, da prática literária e do estilo filosófico – também expandindo os seus horizontes para a linguagem cinematográfica e as relações simbólicas entre poesia e filosofia. Não obstante a variedade de autores e de temáticas abordados, podemos destacar elementos comuns que perpassam suas páginas, como a determinação, a descrição e a avaliação de experimentações literárias que suscitam um uso delirante da língua, resultando no colapso da organização representacional da linguagem e, por conseguinte, numa experiência estética vital, na qual a vida, ao liberar-se de seus estratos de formalizações orgânicas e subjetivas, que a restringem em função das forças de subjetivação social dominantes, encontra a sua potência inorgânica.

Problema central na filosofia de Deleuze, a questão da constituição de uma saúde por meio de atos de criação desenvolve-se de modo mais consistente em seu pensamento em conjunto com Félix Guattari, principalmente na exploração da relação entre literatura, a prática da escrita e a potencialização da vida. Já em *O Anti-Édipo* (1972) vemos, como meio de redefinição do real e de superação das dicotomias idealistas a ele imputadas, a elaboração de uma causalidade processual e imanente do desejo, que encontra em autores como Artaud, Beckett, Proust, Kafka, Melville, Miller, Lawrence, Hardy, Lowry, Ginsberg, Kerouac os seus mais diletos experimentadores. Em *Kafka: por uma literatura menor* (1975) são os agenciamentos do desejo que irrompem na análise das obras do escritor tcheco: os seus devires animais, seus pactos diabólicos, suas formas de conteúdo e de expressão, suas experimentações linguísticas com variáveis minoritárias da língua alemã e todos os povos que pululam em seu interior, e que possibilitaram aos autores franceses a formulação da noção de uma literatura menor. Em *Mil Platôs*, a literatura, os literatos e a experimentação pela escrita, se ramificam por toda a obra. Desde o platô sobre o rizoma, no qual é colocada a necessidade de uma escrita rizomática como nova forma de expressão do pensamento filosófico, até o platô sobre a nomadologia, onde é explorada toda a potência da literatura-máquina de guerra de Kleist; passando pelas novelas e as linhas de segmentação da vida e, principalmente, pelo platô dos devires, em que os devires mulher, animal,

menor, molecular, imperceptível etc., são pensados a partir de obras e personagens literários, assim como da própria experiência de escrita. Em *O que é a Filosofia?* nos são apresentadas as intersecções entre o plano de imanência filosófico e o plano de composição artístico, os personagens conceituais que povoam os conceitos da mesma forma que animam a experiência romanesca e os perceptos e os afectos que nos transportam para outras paisagens e hecceidades.

Todos esses elementos aparecem, em maior ou menor grau, de maneira dispersa em seus trabalhos, não existindo, portanto, uma espécie de elaboração sistemática, por parte de Deleuze, a respeito do papel e do sentido que a literatura ocupa em sua obra. Contudo, nos parece que os dois textos iniciais de *Crítica e Clínica* nos proporcionam alguns fios condutores a partir dos quais podemos ensaiar uma costura que ligue esses pontos heterogêneos em busca de uma resposta para estas perguntas. Sendo assim, este artigo objetiva contribuir, mesmo que de maneira errática e introdutória, para a construção de uma visão de conjunto para o papel desempenhado pela literatura na filosofia de Deleuze, no sentido de mostrar que as incursões nas relações entre filosofia, literatura e vida, não se caracterizam como uma marginalia de seu pensamento, mas, pelo contrário, que podem ser consideradas como experimentações primeiras, sem as quais muitos de seus conceitos fundamentais não poderiam ter sido formulados.

Para isso, retomaremos a ideia de um projeto de crítica e clínica, já presente em seu livro *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*, publicado em 1967, em função da contextualização problemática do livro de 1993, por meio da distinção da significação da relação entre crítica e clínica presente nestes dois momentos. Em seguida, contextualizando às problemáticas referentes à subjetividade e a natureza imanente do desejo, destacando o caráter delirante da literatura enquanto concebida como criação de visões e audições, mostraremos como se relacionam as noções de ‘delírio’ e ‘processo’. Num terceiro momento, analisaremos a relação entre literatura e vida, dando ênfase ao papel do artigo indefinido enquanto índice linguístico do devir, e à potência deste último para a experimentação do real e a criação de ‘uma’ vida. Por fim, trataremos da relação entre a linguagem e o seu fora, indicando as consequências, para uma política da língua, da concepção

deleuzoguattariana da linguagem enquanto constituída por variáveis não linguísticas.

A crítica e a clínica

Desde *Sacher Masoch: o frio e o cruel*, publicado em 1967, o pensamento de Gilles Deleuze inclina-se para a experiência estética com o objetivo de explorar as relações entre a crítica e a clínica – sendo esta uma tarefa colocada para a produção crítica em geral e que só tomará a forma de livro com *Crítica e Clínica*, em 1993.

Nestas quase três décadas que separam os dois livros, as concepções deleuzianas de crítica e de clínica modificaram-se radicalmente. Podemos assinalar, como ponto de inflexão dessa mudança, o encontro com Félix Guattari e a produção intelectual conjunta que daí se seguiu. Se, anteriormente ao *Anti-Édipo*, publicado em 1972, a filosofia de Deleuze permanecia na esfera do que é *de direito* do pensamento filosófico, preocupando-se, de modo geral, com a instauração de uma ‘imagem do pensamento’ que fosse capaz de libertar as potências da diferença dos jugos formais da representação, o que implicava a necessidade de reformulação do transcendental kantiano (caracterizado como um decalque do empírico, somente capaz de determinar as condições de ‘possibilidade’ da experiência) em prol de um campo transcendental genético e imanente; então, a partir de sua publicação, observamos uma guinada em direção à formulação de um pensamento filosófico que atue em conjunto com determinadas ‘práticas’ subjetivas, políticas e desejantes no contexto do capitalismo³.

No que concerne à temática deste artigo, gostaríamos de ressaltar a mudança de orientação do pensamento de Deleuze em relação à psicanálise. Pois nesta primeira fase de sua obra, na qual está inserido o livro sobre Masoch, mesmo que identifiquemos críticas significativas aos pensamentos de Freud e de Lacan, o

³ Contudo, disso não podemos concluir que os problemas concernentes à imagem do pensamento e à determinação do que é de direito do pensamento e da prática filosófica tenham sido deixados de lado ou perdido a sua importância. É suficiente lembrarmos das páginas a eles dedicadas em *Mil Platôs* ou da afirmação de que o plano de imanência é “a imagem do pensamento, a imagem que ele se dá do que significa pensar”, em *O que é a Filosofia?* (2010, pp. 39-40).

autor encontrava-se bastante próximo da teoria psicanalítica. A própria relação entre crítica e clínica consistia em conceber a obra de arte como continente de forças e pulsões, e o artista como um sintomatologista ou tipologista, como um médico da civilização. Após a crítica radical feita aos pressupostos da psicanálise em *O Anti-Édipo*, o artista e a obra de arte passam a ser concebidos de forma distinta. Se o artista ainda é o médico da civilização, não é porque realiza uma sintomatologia ou uma tipologia das pulsões e dos modos de pensamento e de vida, mas porque ele libera a vida lá mesmo onde ela se encontrava aprisionada pelas formalizações sociais, políticas e econômicas dominantes.

É justamente em *Crítica e Clínica* que vemos esta nova concepção em prática. No prólogo, Deleuze nos indica os dois problemas que orientam as suas análises no decorrer dos textos do livro. O primeiro problema é estritamente literário, concernindo à prática da escrita. Trata-se do “problema de escrever”, de criar na língua uma nova língua, novas formas de expressão sintática e gramatical, de fazer a língua delirar (CC, p. 9). Para Deleuze, todo grande escritor, toda grande literatura, mostra o seu valor por ser capaz de cumprir esta tarefa. O importante na linguagem literária é a invenção e, mais importante ainda, a invenção sintática, a partir da qual se coloca em variação a relação entre as palavras e o ritmo da língua, criando um estilo capaz de produzir um “devir-outro” da própria língua, “que a faz sair dos eixos” e “escapar do sistema dominante” (Machado, 2009, p. 207). No entanto, isto ainda não se configura como um problema de caráter filosófico. Ele só é objeto de atenção em razão dos efeitos que a sintaxe produz sobre as nossas formas de percepção. Com efeito, o segundo problema é “um problema de ‘ver’ e de ‘ouvir’”, não de língua, mas de linguagem (CC, p. 9). É que a produção do delírio pela escrita implica o desregramento generalizado da linguagem. A criação sintática nos leva ao seu limite “assintático” e “agramatical”, limite este que não está fora da linguagem, mas que é o seu próprio fora – ponto a partir do qual o escritor torna-se vidente, capaz de ‘visões’ e de ‘audições’ (CC, p. 9). Com esta colocação dos problemas a relação entre crítica e clínica volta-se para a determinação dos procedimentos literários capazes de efetuar um delírio na linguagem.

O delírio e o processo

O que se entende por delírio neste caso? Ainda no prólogo de *Crítica e Clínica* e na continuidade da determinação dos problemas, Deleuze afirma que as visões e audições decorrentes da criação literária não são “assunto privado”, mas “figuras de uma história e de uma geografia incessantemente reinventadas” (CC, p. 9). E prossegue assinalando-as como invenções do delírio – sendo este concebido como “‘processo’ que arrasta as palavras de um extremo a outro do universo”; o que o diferencia do delírio em “*estado clínico*”, em que “as palavras em nada mais desembocam, [onde] já não se ouve nem se vê coisa alguma através delas, exceto uma noite que perdeu sua história, suas cores e seus cantos” ⁴ (CC, p. 9). Estas distinções, a respeito da natureza e do que o delírio reivindica de direito, nos colocam no seio das veredas abertas por Deleuze e Guattari em *O Anti-Édipo*, no qual é recusada a sua redução à expressão de estados internos e fantasmáticos de um sujeito e o afirma enquanto um processo desejante a-pessoal que atravessa as subjetividades, arrastando os seus investimentos históricos e sociais pelos caudalosos rios que regam a terra e os continentes.

A noção de processo surge neste livro diante da tarefa de definição do desejo enquanto princípio imanente produtivo do real. Pensando o desejo para além dos limites representacionais, que o concebem ou como uma “realidade especificamente natural” ou como uma “realidade especificamente antropológica”, nas quais ele é reduzido, por um lado, a um “estado de um sujeito” e, por outro, a uma “tensão em direção a algo na objetividade”, como coisa que falta, ou tensão em direção da representação desta mesma coisa no sujeito, os autores o definem como um ‘processo de produção imanente’ que se realiza em um campo inteiramente desprovido de sujeito, e do qual o próprio sujeito não é senão um efeito (Sibertin-Blanc, 2022, pp. 17, 20)⁵. Este procedimento crítico de superação das limitações dos

⁴ Itálicos do autor.

⁵ Sobre a noção de subjetividade em Deleuze e Guattari, assim como a concepção do sujeito como um efeito e suas contribuições interpretativas para o pensamento filosófico contemporâneo, cf. SANCHES, D. C.. Sujeito, um efeito? Uma discussão acerca da subjetividade a partir de Deleuze e Guattari. REVISTA APOENA - Periódico dos

pressupostos antropológicos para a descrição do desejo e do real culmina na dissolução da distinção homem-natureza. O passeio do esquizofrênico, exemplo e modelo da natureza do desejo e de seus agenciamentos, que tem sua expressão literária no livro de Georg Büchner sobre Lenz e nos personagens esquizos de Beckett, nos mostra que o desejo implica uma relação com o fora, uma experimentação da natureza enquanto processo imanente de produção, que confronta os parâmetros a partir dos quais a subjetividade ocidentalizada, substancialmente calcada na distinção homem-natureza, se orienta.

Em outros termos, trata-se de dizer que a concepção processual da natureza abole a autonomia relativa da forma-sujeito, que permite com que ele se diferencie e conceba a si mesmo como separado tanto da natureza quanto do social. A noção de processo nos permite sair das considerações utilitárias em relação ao homem e à natureza, pois ela afirma a identidade de ambos os termos de modo tal que a natureza passa a ser concebida como “produção do homem e pelo homem”, e o homem, por sua vez, abdica do trono de “rei da criação” e torna-se o seu encarregado (como se diz de um encarregado de obras), como um ser “tocado pela vida, profunda de todas as formas ou de todos os gêneros, que é o encarregado das estrelas e até dos animais”, devindo “uma só e mesma realidade” com a natureza, *homo natura* (AE, pp. 10-1).

Contudo, o processo só tem sentido em sua efetuação. Eis todo o seu perigo e vitalidade. Ao mesmo tempo em que potencializa a vida pela superação das estratificações subjetivas da forma-homem, em que o coloca em par de igualdade com a natureza, enquanto produtos de um mesmo processo imanente de produção do real, a continuação do processo ao infinito, a sua assunção enquanto meta e finalidade, ou a sua “paralisação bruta e prematura,” precipitam a vida em linhas de abolição, de catatonia ou de morte, das quais resulta o delírio em estado clínico (AE, p. 11).

Em certo sentido, a questão do delírio e a do processo se identificam. Tomando os signos emitidos por um processo delirante, seja literário ou

psicológico, trata-se de avaliar se são expressão de saúde ou de doença, se decorrem da continuação ou da parada do processo, se nos arrastam em devires que fazem com que a vida transborde para além de seus sulcos ou em direção a reterritorializações cada vez mais arcaicas, duras e estratificadas. Assim, o escritor, o artista, é médico de si na medida em que efetua o processo pela escrita, e na medida em que a obra escrita arrasta as consciências e todo o campo de representação sociopolítico por meio de seus devires, ele é médico do mundo.

Esta questão pode ter sua perspectiva aumentada pela identificação da noção de imanência a uma vida. Em seu último escrito, *A Imanência: uma vida...*, Deleuze se coloca a tarefa de bem definir o que se entende, em sua filosofia, por campo transcendental e plano de imanência: noções que, se levadas às últimas consequências, identificam-se tanto entre si quanto com a noção de processo. O campo transcendental é distinto das formas de experiência e de representação empírica, não se limitando à determinação das condições de experiência possível e muito menos sendo correspondente à relação sujeito-objeto, definindo-se como puro fluxo impessoal, no qual sujeito e objeto só existem enquanto formas hipostasiadas e transcendentais (DRF, pp. 359-60). Por sua vez, o plano de imanência é o campo transcendental destituído de consciência. Quando o transcendental é concebido como um campo que excede as limitações de referencialidade humana, forçando o pensamento a se orientar para além das amarras da consciência, prescindindo tanto de sujeito quanto de objeto, ele se define “como um puro plano de imanência”, já que a “imanência absoluta” não é jamais definida por ser imanência de algo, mas por ser imanência de si mesma (DRF, p. 360).

Assim concebida, a imanência torna-se uma vida. ‘Uma’ vida porque, não sendo a imanência imanente à vida, a vida só é na imanência uma vida impessoal e singular. Não a vida de um indivíduo ou de um sujeito qualificados, mas a vida enquanto “puro acontecimento liberado da vida interior e exterior, ou seja, da subjetividade e da objetividade daquilo que ocorre (DRF, p. 361). Retirada do romance de Dickens, intitulado *Our Mutual Friend*, esta visão da vida busca descrever o momento de sua singularização, que é anterior ao sujeito que a encarna. Trata-se de encontrar para além do homem, um conceito de vida que seja

“para além do bem e do mal”, para além de qualquer qualificação e juízo que poderíamos estabelecer em relação ao que um determinado sujeito faz de sua vida: se ele a torna “boa ou ruim” pouco importa, pois a potência mesma da vida está onde o indivíduo ou o sujeito não mais legislam, onde a “individualidade se apaga em proveito da vida singular imanente a um homem que não tem mais nome, embora não se confunda com nenhum outro” (DRF, pp. 361-2). Donde a importância do artigo indefinido para se referir a ‘uma’ vida. A sua indefinição não implica na acepção de “uma vida qualquer”, mas no duplo procedimento de “indeterminação da pessoa”, à qual a vida se atrelaria, e de assinalação dos indefinidos, que existem enquanto determinação das singularidades que povoam o campo de imanência ou de sua “determinabilidade transcendental” (Ibid., p. 362).

A relação entre a literatura e a vida

No texto introdutório de *Crítica e Clínica*, justamente intitulado *A Literatura e a Vida*, Deleuze nos mostra em que sentido a prática literária opera uma potencialização da vida através da experimentação dos devires. Para o autor, “escrever não é certamente impor uma forma (de expressão) a uma matéria vivida”, não é transmutar os sentimentos e as histórias pessoais numa forma poética ou literária (CC, p. 11). A relação entre escrita literária e vida não deve ser confundida com um relato de vivência. A literatura mesma é concebida como estando do lado do devir (não do ser), do processo, das passagens, do informe, do inacabado porque em constante *fazimento*, da vida intensa que atravessa e ultrapassa, e até mesmo ameaça, o vivido e o vivível. É que o ‘vivível’ se define como forma de possibilidade de experiência de um determinado fato ou estado de coisas por um sujeito, por uma consciência e suas determinações personalistas, enquanto o devir se define como uma *experimentação real* que está aquém destas formas subjetivas. Se a operação subjetiva empírica resulta na formalização de uma vivência individual, então o devir é uma maneira pela qual se criam linhas de fuga em relação à estas formalizações. A formalização parte sempre de estratos e relações de forças dominantes que pretendem “impor-se a toda matéria”, o devir, por sua vez, vai no sentido inverso: entramos sempre num devir “mulher, animal ou

molécula”, que possuem “um componente de fuga que se furta à sua própria formalização” (CC, p. 11). Desta forma, a literatura, e a arte como um todo, não possui qualquer qualidade mimética ou de identificação, pois trata-se de “encontrar a zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação tal que já não seja possível distinguir-se de ‘uma’ mulher, ‘um’ animal ou de ‘uma’ molécula” – sendo, aqui, o sentido do artigo indefinido aproximado ao que se expôs em relação a ‘uma’ vida, isto é, não como uma imprecisão ou generalização, mas indicando graus de intensidades imprevistas, “não-preexistentes” (CC, p. 11). É neste sentido que ele não pode ser compreendido nem experimentado pela categoria de vivível ou de vivido, pois, enquanto experimentação intensiva, ele implica na dissolução dos estratos subjetivos que determinam o sujeito e a consciência, produzindo, assim, uma indeterminação na vida, produzindo ‘uma’ vida.

É em relação ao devir que podemos avaliar a potência do artigo indefinido no contexto da experiência literária. Com efeito, ela está condicionada à presença ou não das características formais do termo com o qual ele se relaciona. O devir não pretende alcançar a forma empírica daquilo que ele devém. No devir-mulher ou no devir-animal, por exemplo, não está em jogo uma experiência do ‘como se’ (como se fossemos mulher ou animal), que se confundiria com a experiência das mulheres ou dos animais. Marcado pelo artigo indefinido, o devir se realiza na zona de indiscernibilidade entre a forma do meu próprio ‘Eu’ e a forma na qual devenho, criando, entre as duas, uma vazão, a partir da qual qualquer formalização se torna impossível. É o que vemos nos estranhos personagens que habitam a literatura, principalmente o romance, como – exemplo privilegiado por Deleuze – o nadador que não sabe nadar, de Kafka. Pois, como afirma Roberto Machado, o devir é real, mas não é real o termo ao qual alguém devém (2009, p. 213).

É neste ponto que podemos ver de maneira mais clara o porquê de a crítica e a clínica, neste momento da obra de Deleuze, não estarem mais relacionadas com a psicanálise. Pois a psicanálise condiciona a crítica e a teoria literária à teoria fantasmática, transformando, assim, as potências do indefinido em determinações de experiências pessoais ou familistas. O autor usa como exemplo o título do escrito de Freud, *Bate-se numa criança*, que, segundo ele, é logo transformado pelo

psicanalista em “meu pai me bateu” (CC, p. 13). Neste caso, a literatura distingue-se da significação personalista do pronome indefinido, pois ela descobre, “sob as aparentes pessoas”, “a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau” – de certo, o característico da operação literária seria a criação de “uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu” (CC, p. 13). Vemos, então, como no momento tardio de sua obra, Deleuze não mais compactua com o caráter tipologista da escrita do romance e da prosa, pois, com a perspectiva do devir e da potência do indefinido, trata-se de entender os personagens como individuações que se lançam em movimentos aberrantes, que se confundem, no limite, com a própria potência tortuosa da vida.

A linguagem e o fora

Se estabelecemos, em conjunto com Deleuze, que a literatura se apresenta como um problema filosófico a partir do momento em que constatamos que os efeitos produzidos por sua experimentação sintática incidem sobre nossas formas de percepção, porquanto criam outros modos de ver e ouvir, então nos cabe mostrar a relação entre os dois momentos do problema.

Para que a literatura alcance estas experimentações vitais por meio da língua, a própria língua deve alcançar, por meio da sintaxe, os “desvios necessários criados a cada vez para revelar a vida nas coisas” (CC, p. 12). Com efeito, o autor considera que a língua não é o todo da literatura e que a própria língua nem mesmo é constituída ou estruturada por elementos estritamente linguísticos. Resumindo a discussão sobre os postulados da linguística presente em *Mil Platôs*, Roberto Machado afirma que, para Deleuze, a linguagem é constituída somente por variáveis, como um “agenciamento heterogêneo em contínuo desequilíbrio” (2009, p. 206). Desta forma, a literatura estaria sempre relacionada com o fora, com um elemento não linguístico, sendo os procedimentos linguísticos empregados na criação literária as condições pelas quais se produzem as visões e audições enquanto processos vitais. Do mesmo modo, Lapoujade argumenta que o fora da linguagem, na filosofia deleuziana, remete “a variações intensivas imanentes que fazem a língua tender para o seu limite”, para o ponto a partir do

qual perde a “sua sintaxe e sua gramática” habituais, culminando no movimento duplo de desarticulação da linguagem e desorganização dos corpos em função de uma liberação da vida (2015, pp. 223-4).

É somente nesta relação com o limite, com o seu fora, que a literatura devém uma saúde. O que se vislumbra a partir deste limiar são as visões e audições que permitem com que o escritor seja considerado um vidente. O que se ouve e o que se vê não são somente os delírios, as alucinações e as fabulações próprios à sensibilidade singularizada à qual o escritor é capaz, derivados de um “‘Eu sinto’ mais profundo, que dá às alucinações o seu objeto e ao delírio do pensamento seu conteúdo” (AE, p. 25), mas também os clamores e matizes de um povo ainda por vir. Talvez a relação da literatura com os povos aos quais ela dá passagem seja o principal elemento distintivo de sua saúde. Pois este povo pode ser tanto um povo “chamado a dominar o mundo”, representante de uma raça superior, elemento de uma história e uma geografia majoritárias, tendendo sempre para ideais nacionalistas e às mais brutas formalizações, quanto um povo para sempre minoritário, ainda não existente e, não obstante, nunca acabado, “sempre em devir”, tomado num “devir-revolucionário” (CC, p. 14).

É esse o “devir’ do escritor”, o limite a partir do qual a escrita e a literatura se fazem como “a enunciação coletiva de um povo menor, ou de todos os povos menores, que só encontram expressão no escritor e através dele” (Ibid., p. 15). É próprio a todo devir a sua coletividade, pois, como argumenta Lapoujade, “o devir coloca em relação, não dois termos dos quais um se torna o outro e vice-versa, mas multiplicidades”, que, ajuntamos, adquirem sua consistência na zona de indiscernibilidade formada pela vazão dos termos (2015, p. 272). Daí o surgimento dos povos e povoamentos intensivos da linguagem, que são o seu fora mais interno, mais profundo. Aqui, a sua política. Pois todo devir é o resultado de um afecto que nos arrasta no processo impessoal e coletivo do real, fazendo nascer “um povo em nós” (Lapoujade, 2015, p. 272).

Que Deleuze consagre à função fabuladora a tarefa de “inventar um povo”, demonstra ainda mais o carácter coletivo e político da experiência literária (CC, p. 14). Em primeiro lugar, porque a fabulação suprime o sujeito de seus enunciados. O ato de fabulação consiste numa abertura para o outro, de tal modo que o sujeito

fabulador “fala através de um outro” na mesma medida em que “outros falam através dele” (Lapoujade, 2015, p. 282). Trata-se de não se falar mais em nome próprio, em retirar o Eu da enunciação, em passar por devires nos quais são as minorias e as multiplicidades que falam em nós: “Fabular é fazer falar as potências que os devires suscitam em nós e que são desprovidas de linguagem” (Lapoujade, 2015, p. 282). Donde o segundo aspecto: a política da fabulação reside na sua capacidade de conferir existência àquilo que não tem direito à fala, “não só política ou socialmente (minoridade de fato), ‘mas na própria língua’ (minoritário de direito – o que faz com que haja necessariamente uma ‘política da língua’” (Lapoujade, 2015, p. 283. Grifo do autor).

É neste sentido que Deleuze atribui à literatura o “fim último” de nos mostrar uma “possibilidade de vida” (CC, p. 15), ou uma vida outra – um mundo outro, quicá –que resistem, “via língua, via linguagem, via vida” (Campos, 2021, p. 34), à nossa condição demasiadamente humana e à miséria de nosso tempo presente.

Considerações finais

115

Sendo assim, podemos arriscar a afirmação de que, em *Crítica e Clínica*, a determinação da literatura como delírio em função da liberação da vida cumpre, na verdade, o papel de determinar o seu direito. Pois, seguindo a interpretação de Lapoujade, o que distingue a filosofia de Deleuze, é o procedimento sistemático da classificação (ou de distinção formal), como maneira de determinar o que é próprio a cada movimento: suas pretensões, seu direito e seu efeito – como forma de separar as potências criativas dos poderes destrutivos, de avaliar os efeitos e as qualidades de um determinado fato em relação com as potências da vida. Neste sentido, se a literatura é um fato, cabe determinar o seu direito, isto é, avaliar em que medida a experiência literária constitui-se como prática vital.

Ora, a escrita literária é uma forma de experimentação do pensamento para além da organização representacional da linguagem (talvez seja por isso que Deleuze insista tanto na sintaxe como elemento privilegiado da literatura). E é justamente na medida em que passam a surgir nesta experimentação os rastros de um povo porvir; em que se acede a uma forma de enunciação impessoal e coletiva;

em que o indeterminado como potência transcendental e imanente nos impele em direção ao limite da linguagem; que ela pode ser considerada como delírio. E é enquanto delírio, enquanto processo de experimentação das formas de enunciação e de pensamento, de experimentação do campo transcendental e do plano de imanência, que a literatura pode ser considerada como saúde – e o escritor considerado médico –, pois este mesmo processo nos permite dissolver as formalizações produzidas pelas forças orgânicas, sociais, políticas e econômicas das formas de subjetivação dominantes.

Assim, nos parece que *Crítica e Clínica* nos dá diretrizes para a exploração de um pensamento estético, no qual a questão fundamental consiste em determinar se, tanto em sua forma de expressão quanto em seus efeitos, uma obra literária logra a dissolução dos estratos de formalização dominantes da linguagem e das formas de percepção em prol de uma potencialização das experimentações intensivas ou se ela se contenta em reforçá-los, concretando ainda mais a sensibilidade e criando, deste modo, um sistema de reforço da identidade subjetiva por meio do reconhecimento, da propagação de clichês e da forma clássica de representação.

Referências

CAMPOS, A. (Org.). *Invenção: de Arnaut e Raimbaut a Dante e Cavalcanti*. Tradução: Augusto de Campos. 3ª edição. São Paulo: Laranja Original, 2021.

DELEUZE, G. *Crítica e Clínica*. Tradução: Peter Pal Pélbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G. A Imanência: uma vida... In: DELEUZE, Gilles. *Dois Regimes de Loucos: textos e entrevistas (1975-1995)*. Edição: David Lapoujade. Tradução: Guilherme Ivo. São Paulo: Editora 34, 2016.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Capitalisme et Schizophrénie: L'Anti-Œdipe*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1972.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. Tradução: Luiz B. L.Orlandi. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, vol. 1. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, vol. 2. Tradução: Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, vol. 3. Tradução: Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Suelly Rolnik. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia* 2, vol. 4. Tradução: Suelly Rolnik. 2ª Edição. São Paulo: Editora 34, 2012.

LAPOUJADE, D. *Deleuze, os movimentos aberrantes*. Tradução: Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: n-1 edições, 2015.

MACHADO, R. *Deleuze, a arte e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

SIBERTIN-BLANC, G. *Deleuze & Guattari e o Anti-Édipo: a produção do desejo*. Tradução: Maria Cecília Lessa da Rocha. Posfácio: Maurício Rocha. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2022.

Submissão: 18. 06. 2025 / Aceite: 30. 06. 2025